

Tradições e urbanidade na sociedade Bantu: os usos quotidianos e a relação com a produção nos *musseques* de Luanda

Pedro Ferro^a

Resumo

Neste artigo faz-se uma reflexão sobre as estratégias nos assentamentos das comunidades *bantu* relacionadas com os usos do quotidiano e o modelo de produção, suas adaptações culturais com a urbanidade e influências nos assentamentos dos *musseques*. Uma reflexão para o entendimento do papel dos assentamentos como fator de salvaguarda da existência social, que tem por base uma análise empírica partindo do conhecimento da organização social deste grupo etnolinguístico, os *bantus*, dos espaços de uso do quotidiano relacionados com o modelo de vida comunitária, de cumplicidade e partilha de responsabilidades da sociedade, do informal como expressão cultural.

Palavras-Chave

Bantu, Informal, *Musseques*, Assentamentos

Abstract

In this article we present a reflection on the strategies in the settlements of Bantu communities related to the uses of daily life and the model of production, their cultural adaptations with urbanity and influences in the settlements of the *musseques*. A reflection on the understanding of the role of settlements as a safeguard of social existence, which is based on an empirical analysis that has as its starting point the knowledge of the social organization of this ethnolinguistic group, the *bantus*, of the spaces of everyday use related to the model of community life, of complicity and sharing of responsibilities of society, of the informal as a cultural expression.

Keywords

Bantu, Informal, *Musseques*, Settlements

Introdução

A cultura da sociedade Angolana tem origem no grupo etnolinguístico *bantu*¹, o qual se expandiu por quase toda a África Austral.

Como refere Muanamosi Matumona (2011, p. 32) "a sociedade bantu é desenhada em círculos concêntricos sobrepostos entre si e cada vez mais amplos". Na cultura *bantu* "a vida é individual, mas pertence ao mesmo tempo a todos, pois é também comunitária, pois é na comunidade que o africano encontra a sua identidade." (Idem., p. 31).

Na cultura *bantu* a organização social caracteriza-se pelos fortes laços de relação comunitária. Ela tem na base a comunidade de família, não no conceito de família monoparental mas no de família alargado. É uma relação espiritual e temporal resultante da comunhão entre os vivos

e os mortos.

Nas sociedades *bantu* o poder personifica-se no chefe da comunidade. Este poder é personalizado e autocrático nele participando os membros do concelho da comunidade com carácter consultivo. "[É] um poder político anterior ao poder do Estado, com suporte na organização social e no parentesco" (Pacheco, 2002, p. 6). Onde o líder detém "os poderes executivo, legislativo (normativo) e judicial" (Idem, p. 8).

Este poder do *chefe*, respeitado e indiscutível, não se sustenta só na oligarquia das famílias e na tradição. Nas sociedades *bantu* os meios de produção e de consumo são pertença da comunidade, cabendo ao chefe a sua gestão.

Deste modelo resulta que as normas de conduta cívica e moral são orais, passam oralmente de geração em geração cabendo aos mais velhos assegurar a sabedoria e as tradições. Donde o

^a Pedro Manuel Trovão Ferro. Doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1979). Desenvolve a sua actividade como arquitecto em Portugal (desde 1979) e em Angola (desde 2007). E-mail: arqtopferro@gmail.com

¹ Bantu - designa o grupo etnolinguístico da região da África Austral. Etnologicamente a palavra deriva da *bantu*, *ba* (prefixo nominal de classe) e *ntu* (pessoa ou humano) («Bantus», 2017).

provérbio africano "em África quando morre um velho desaparece uma biblioteca". E, porque são orais, são normas restritas e flexíveis, ajustando-se às necessidades da comunidade e ao evoluir cultural. Este modelo oral dos códigos de conduta é, assim, bem diferente do modelo dos códigos escritos da cultura europeia que remontam ao Império Romano e ao Primeiro Testamento.

Os usos e o informal - do rural à urbanidade

Deste modelo comunitário da organização social resultam os conceitos de cidadania comunitária e de propriedade comunitária. Na propriedade comunitária não existe separação entre espaço privada e espaço público, entre centro e periferia. Conceitos bem diferentes dos conceitos de cidadania individual e de divisão de propriedade na sociedade ocidental.

A propriedade comunitária é o espaço do habitat da comunidade (Imagem 1). É o território que responde às necessidades de proteção e segurança, de acesso à água e à produção dos bens alimentares e de artefactos.

Neste espaço comunitário os seus membros participam da mesma vida, devem obediência ao seu líder e solidariedade com os seus membros. Destes princípios resulta o espaço de uso do quotidiano.

O espaço de habitação é, quase exclusivamente, destinado ao descanso da família e à guarda de haveres, já que, as restantes atividades diárias são normalmente realizadas no exterior. É no espaço exterior que se realiza a confeção de alimentos e as refeições (Imagem 2).

As tarefas domésticas ou de produção são, regra geral, compartilhadas por diversos membros da comunidade familiar ou de vizinhança, elas são ao mesmo tempo, um tempo de trabalho e de convívio. O mesmo espírito de partilha e de responsabilidade está presente na guarda e educação das crianças a qual cabe a toda a comunidade.

É também resultante deste espírito de vida comunitário e de partilha que se pode observar a presença nos assentamentos rurais de diversos equipamentos de uso comunitário, como sejam: o pombal, o silo (Imagem 3) ou a cacimba².

Já o *jango*³ (Imagem 4), espaço de reunião do concelho do *quimbo*⁴, sendo embora um espaço comunitário quando das reuniões do concelho a ele só têm acesso e direito ao uso da palavra os seus membros. Mas, sendo o jango um espaço aberto, do que aí é falado não há segredo.

Os espaços exteriores são, por estes factos, aqueles onde se desenvolve toda a vida do quotidiano e de relações sociais destas comunidades, e, por isso, aqueles de maior valor. Donde os assentamentos não possam ser: nem tão afastados que impeçam o contacto social; nem tão próximos que obstruam o espaço das atividades quotidianas.

O espaço de vida comunitária é, assim, um espaço extrovertido como extrovertida é esta sociedade. Só em comunidades que se dedicam à pastoreia, para a guarda do gado, se verifica a vedação exterior à habitação.

Não se pode por isso falar de uma morfologia física dos núcleos rurais, eles desenvolvem-se ao sabor das necessidades e da morfologia do terreno. Mas pode-se falar de uma morfologia social, a dos espaços de uso comunitário.



Imagem 1 - Casas de aldeia
Imagem 2 - A confeção de alimentos
Imagem 3 - Silo de aldeia
Imagem 4 - Jango

Fonte: autor

² Cacimba - poço de águas pluviais filtradas pelo terreno.

³ Jango - construção destinada à reunião do concelho da aldeia.

⁴ Quimbo - termo usado em Angola sinónimo de aldeia.

A urbanidade é o fator que mais influencia a assimilação cultural. Com as deslocções campo-cidade os migrantes contactam com novas tecnologias, com novos hábitos de consumo, transitam de uma economia agrícola de trocas para uma economia capitalista, assimilando novos usos e costumes.

Não obstante, a modernidade que se dá com a urbanidade, por influência de outras culturas, não influi nas tradições mais profundas. Mesmo em sectores sociais com maior contacto com a cultura ocidental é perceptível na comunidade de família o respeito pelas suas lideranças e a perseverança de princípios de partilha, de cumplicidade e de responsabilidade.

Com a urbanidade surge o conceito de propriedade e novos modelos de solidariedade e entreatajuda, nomeadamente a *kixikila*⁵. Mas no urbano continua a verificar-se a proximidade dos assentamentos de uma mesma comunidade familiar, os laços de solidariedade e entreatajuda imprescindíveis para a sua subsistência assim o exigem.

No processo de transição do rural para o urbano, fruto das migrações campo-cidade, esses migrantes constroem o seu habitat segundo as suas tradições culturais. Mas os assentamentos dos novos migrantes têm uma lógica e uma estratégia estritamente relacionada com a produção. As primeiras opções dos migrantes na escolha do local de assentamento recai sobre o espaço periurbano onde constroem a sua habitação e cultivam a sua *lavra*⁶. É a "[...] simbiótica com o hiterland agrícola [uma] agricultura periurbana de subsistência e de mercado" (Macucule, 2010,

p. 46). Desta estratégia resulta uma ocupação dispersa. É a transposição do modelo rural para o urbano.

Com a viabilidade de obtenção de postos de trabalho assalariado dá-se a transição para um novo modelo de produção a qual dá lugar a um novo modelo de assentamentos. Os assentamentos dispersos tendem a densificar a sua ocupação com a chegada de novos elementos da família ou do clã, o espaço comunitário reduz-se aos acessos e pequenos largos.

O exemplo analisado (Imagem 5) distava em 2002 cerca de 6,5 quilómetros da periferia de Luanda e apresentava uma reduzida ocupação dispersa entre lavras. Com o início das obras da Centralidade do Kilamba em 2009, e o surgir de potenciais postos de trabalho, o núcleo rural, a 1,5 quilómetros de distância da Centralidade do Kilmaba, começa a receber novos assentamentos. Mas é com a ocupação das 20.001 residências desta Centralidade em 2014, do qual resultam novos postos de trabalho domésticos, que o núcleo perde a sua característica rural e adquire um carácter urbano e uma maior concentração de habitantes.

Com a concentração habitacional surge também o pequeno comércio, ora no modelo de *janela aberta*⁷, ora no de venda de rua. Nestas opções de assentamento a proximidade à *cidade de cimento* é, não só, uma proximidade aos postos de trabalho, como às suas infra-estruturas e equipamentos.

Os *musseques*⁸ não são propriamente uma ocupação clandestina, estes novos habitantes da cidade trazem das suas origens os hábitos de organização

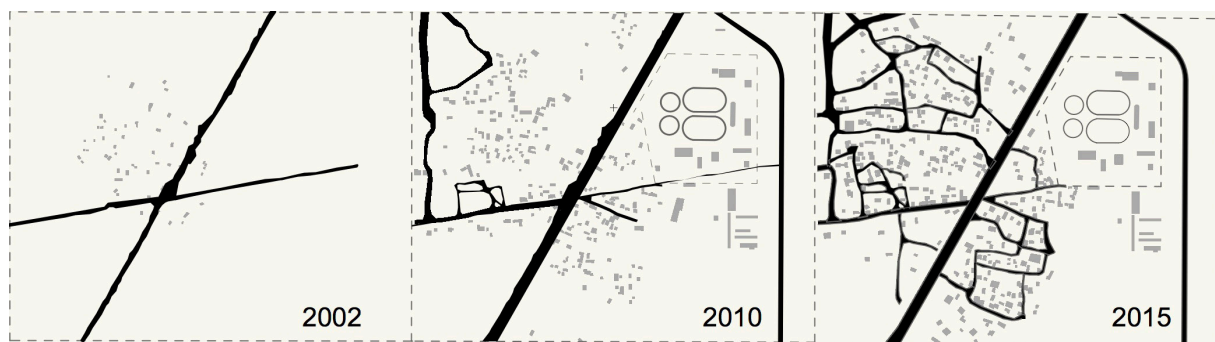


Imagem 5 - Evolução do musseque na periferia de Luanda, do rural (2002) ao urbano (2015)

Fonte: autor

⁵ Kixikila - um processo de entreatajuda na qual os membros acordam doar periodicamente um montante fixo e igual dos seus rendimentos a um dos membros rotativamente. Este hábito surgiu no tempo das senhas para aquisição de bens nas Lojas do Povo.

⁶ Lavra - termo usado em Angola para designar uma pequena parcela de cultivo agrícola.

⁷ Janela aberta - expressão usada para designar a atividade comercial feita na área de residência.

⁸ Musseque - bairro de assentamentos espontâneos.

⁹ Soba - autoridade tradicional, com poderes de juiz na sua comunidade. («Soba (Angola)», 2015).

social e de poder. Os *musseques*, embora alheios às autoridades administrativas, têm regras e autoridade. As lideranças, na figura tradicional do *soba*⁹ ou na figura do chefe de bairro, e as organizações de vizinhança são reconhecidas, a elas cabe regular os assentamentos e a vida do bairro. É o que Morten Nielsen (2010) parafraseado por Júlio Carrilho (2014) caracteriza de "insegurança estável", à insegurança legal os seus residentes contrapõem "o seu reconhecimento pelas vizinhanças e autoridades locais, testemunhando a ocupação do solo e a construção do seu habitat" (Carrilho, 2014, p. 12). À informalidade dos *musseques*, que alguns classificam de desordenamento urbano, contrapõem-se a coesão e a ordem social. Espaços urbanos onde a coesão social e a ordem social têm uma vitalidade que não se encontra nos bairros formais de um urbanismo pseudo-ordenado.

Na realidade a problemática dos *musseques* não está na sinuosidade e diversidade das suas formas. A problemática dos *musseques* está na ausência de infra-estruturas e qualificação dos seus espaços.

"na imagem da cidade, nem sempre o sinuoso e o diverso será a expressão da desordem nem, inversamente, o rectilíneo e a repetição de modelos distantes é a expressão máxima da organização espacial." (Carrilho, 2014, p. 28).

O termo *informal* relacionado com os assentamentos de génese popular é, por muitos autores que abordam as questões das cidades africanas, usado no conceito de assentamentos de génese ilegal, executados sem recurso a técnicos especializados e em espaços urbanos não planificados. Para estes autores o termo *informal* tem um cariz reduzido às questões técnico-burocráticas sem terem em conta o contexto que deu origem a estes espaços.

Formal e *informal*, arquétipos com origem em preconceitos culturais, os quais, como refere Carlos Serra, se poderiam classificar como "categorias binárias, hostis às mediações, estrangeiras à razão contraditória e ao terceiro excluído — barrando o entendimento da complexidade". (Carrilho, Coelho, & Palma, 2014, p. 7).

A ausência de um conceito de limites e o valor dos espaços dos usos quotidianos nas relações sociais das sociedades *bantu* conduz a um processo de conceção de espaços de dentro para fora onde o uso forja a forma. O *informal* nos assentamentos é, deste modo, fruto de uma ação imaginativa e criativa em resposta às necessidades e aos usos.

A forma provém do *informal*, a estrutura das relações comunitárias e a função dos usos. O objeto não é detalhado na sua conceção. Forma, função e estrutura desenrolam-se como um todo. Dele não resulta homogeneidade, antes diversidade, como diversa é a riqueza da sua cultura que se expressa nas artes plásticas, na música, nos trajes ou na dança. O *informal* é o simbólico, a identidade cultural que conduz à apropriação do espaço, é o espaço do "vivido" segundo o conceito de H. Lefebvre (2013). O espaço comunitário é o espaço de uso do quotidiano, das vivências dos espaços, o do "percebido" no conceito de H. Lefebvre (2013).

Na morfologia urbana africana observa-se a justaposição e a penetração do *informal* na cidade consolidada, assim como do rural no urbano. Se a esta informalidade se acrescentar a apropriação dos espaços públicos da cidade pelos seus cidadãos, com suas bancas de venda, as cozinhas de rua, os montículos de vegetais expostos nos passeios, este modelo *informal* de comércio que se monta e desmonta, poder-se-á então dizer que o *informal* não é um exclusivo dos assentamentos urbanos, ele é comum aos comportamentos sociais.

O termo *informal* é um adjetivo de comportamento onde há cumplicidade, confiança e familiaridade. Ora, estas características observam-se nos modos de comportamento *bantu*: seus hábitos de relações sociais de familiaridade e vizinhança; os limites difusos entre público e privado, fruto da tradição em que a propriedade é um bem comunitário; e seus códigos de conduta orais, restritos e flexíveis. Então, considerando que esta conduta de informalidade não está só presente nos assentamentos urbanos, mas também na apropriação dos espaços públicos, o adjetivo *informal* como expressão do *modus vivendi* das sociedades *bantu* adequa-se ao modo de conceção dos espaços na cultura *bantu*. Não com o carácter depreciativo técnico-burocrático que alguns autores lhe pretendem dar, mas como símbolo de expressão cultural.

Notas finais

Em conclusão, poder-se-á então dizer que o *informal* está na génese da cultura *bantu* ou, como Júlio Carrilho (2014), o informal é "uma identidade espacial urbana africana" (p. 14).

O valor do produto é, para estas comunidades, irrisório. Ao contrário o valor da obra, a que resulta do uso, é o valor que a sociedade valoriza. Porque é através do espaço de uso que se

desenvolvem as relações de vizinhança, de solidariedade e compartilha de que estas populações dependem para a sua integração na comunidade urbana.

Uma ação do "concebido" junto destas comunidades carece de uma compreensão profunda dos valores do uso. Implica uma intervenção de carácter essencialmente pedagógico para eliminação dos riscos e melhoria da qualidade do seu habitat. A obstrução aos meios de produção e/ou a transformação dos seus espaços de uso em algo que lhes é estranho põe fim à sua *existência social*. Ou seja, põe fim ao direito à integração na comunidade e ao justo rendimento da produção.

Bibliografia

- Bantus. (2017), Em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bantus&oldid=48662766>.
- Carrilho, J., Coelho, A. B., & Palma, N. (2014), *Que Arquitectura Nos Países em Desenvolvimento?*, Lisboa: Escolar Editora.
- Lefebvre, H. (2013), *La producción del espacio*, Capitán Swing Libros S.L.
- Macucule, D. A. (2010). *Metropolização e reestruturação urbana: o território do grande Maputo*, Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5142>.
- Matumona, M. (2011), *Filosofia africana: -- na linha do tempo-- : implicações epistemológicas, pedagógicas e práticas de uma ciência moderna*, Lisboa: Esfera do Caos.
- Pacheco, F. (2002), *Autoridades Tradicionais e Estruturas Locais de Poder em Angola: Aspectos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica*, Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/pacheco.pdf>.
- Soba (Angola), (2015), Em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Soba_\(Angola\)&oldid=42725085](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Soba_(Angola)&oldid=42725085).